

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 626 - Brasília, terça-feira, 27 de janeiro de 1998

ACM rejeita a manutenção de privilégios em aposentadorias

O Congresso não pode voltar atrás na posição "moralmente acertada" de extinguir os privilégios na aposentadoria dos magistrados, alertou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

Ele entende que, se o Senado suprimir dispositivo que mantém o tratamento diferenciado, a emenda da reforma administrativa não precisará retornar à Câmara. **Página 3**



Antonio Carlos, entre Ronaldo Cunha Lima e Geraldo Melo, quer a supressão do tratamento diferenciado na reforma administrativa

Inadimplência no campo preocupa

A situação de inadimplência em que se encontra o setor rural no Brasil foi comentada ontem por diversos senadores. **Página 5**

Senado aprecia hoje emenda sobre militares

Caso seja aprovada em segundo turno, proposta será promulgada. Plenário examina também regulamentação de serviço voluntário

A emenda constitucional que prevê regime funcional próprio para os servidores militares deverá ter hoje a sua última votação no plenário do Senado. Se aprovada em segundo turno, a emenda será promulgada pelas Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados. O plenário aprecia, hoje, também, projeto de lei que regulamenta a prestação de serviço voluntário na administração pública ou em entidades sem fins lucrativos.

A Comissão de Educação deverá discutir e votar hoje, a partir das 11h, parecer a projeto que regulamenta as emissoras de rádio comunitárias. Amanhã, a partir das 10h, em reunião conjunta, as comissões de Justiça, de Assuntos Sociais e de Educação apreciarão a chamada Lei Pelé. O projeto prevê o fim do instituto do passe na legislação desportiva e aplica aos atletas as leis trabalhistas. **Páginas 2 e 3**



Távola defende divulgação do código

O texto de uma lei como o Código de Trânsito Brasileiro penetra gradativamente na sociedade, o que exige uma ação simultânea dos instrumentos da democracia participativa (meios de comunicação) e

da democracia representativa (Parlamento). O ponto de vista foi manifestado ontem pelo senador Artur da Távola (foto), ao fazer uma análise da repercussão do código na sociedade brasileira. **Página 5**

Universidade é elitista, diz Holanda

PÁGINA 7

CE discute hoje projeto de radiodifusão comunitária

A Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), irá discutir e votar hoje, a partir das 11h, o parecer ao projeto de lei da Câmara que institui o serviço de radiodifusão comunitária. O relator da matéria é o senador Sérgio Machado (PSDB-CE), cujo parecer, favorável ao projeto, foi apresentado no último dia 20 na comissão.

O sistema de radiodifusão em questão tem por finalidade, segundo o projeto, o atendimento à comunidade beneficiada, dando oportunidade ao debate, permitindo a capa-



Sérgio Machado: voto favorável

citação dos cidadãos no exercício do direito de expressão e prestando serviços de utilidade pública, inclusive com a integração às atividades de defesa civil.

Pelo projeto, as autorizações para funcionamento das rá-

dios comunitárias terão validade de três anos, sendo permitida a renovação. A outorga do direito de exploração só será como destinatárias fundações ou associações civis sem fins lucrativos e com amplitude restrita à comunidade. A potência será restrita ao bairro.

Para o senador Sérgio Machado, é muito importante o controle estatal sobre essa atividade, já que as rádios sem controle público vêm causando interferências nas frequências das aeronaves quando da decolagem ou aterrissagem, o que aumenta o grau de risco dessas operações.

Promor vai reduzir déficit habitacional, diz Lauro Campos

Um dos graves contrastes entre países desenvolvidos e em desenvolvimento está no setor habitacional, uma questão que no Brasil se reveste da maior gravidade, afirmou ontem o senador Lauro Campos (PT-DF), ao destacar projeto de lei de sua iniciativa que cria o Programa de Moradia Básica (Promor) e institui mecanismos de estímulo à parceria na produção de habitações populares.

De acordo com a proposição, que Lauro Campos apresentou na semana passada, o Promor será destinado a apoiar, por meio de financiamento parcial da cesta básica da construção civil, a produção de moradias para a população de baixa renda. Essa cesta básica, que atenderia famílias com renda de até cinco salários mínimos, consiste de um conjunto de materiais mínimos necessários à construção de uma casa de 60 metros quadrados.

Os recursos do programa sugerido pelo senador seriam provenientes de 5% da receita do Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ainda de dotações orçamentárias, doações de pessoas físicas e jurídicas e aporte de verbas de organismos internacionais. Os recursos serão consignados anualmente aos estados e ao Distrito Federal, responsáveis pelo



Lauro Campos: casas baratas

rateio entre os municípios, distribuindo 60% na razão direta da demanda habitacional e 40% na razão inversa da renda per capita da população.

Para o senador, os governos, as empresas comerciais e a sociedade civil deverão participar da produção de habitação popular. O resultado, a seu ver, "será, indiscutivelmente, o incremento do número de moradias populares construídas e a redução no déficit habitacional do país, que já chega a 10 milhões de unidades".

- O grande diferencial do programa é que ele possibilita a criação de um novo mercado de habitação popular simplificado, sem interferir nas regras dos contratos de financiamento individuais ou coletivos e sem adentrar na problemática questão dos juros ou fórmulas de correção de saldos devedores - frisou.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Despacho interno

15h30 - Presidência Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Discussão em turno único do "PLC nº 100/96, que dispõe sobre o serviço voluntário; terceiro e último dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 39/97, que dispõe sobre o regime constitucional dos militares; segundo dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 41/97, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas, e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal (reforma administrativa); e discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 173/97, autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor equivalente a até US\$ 300 milhões, de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa de Restauração e Descentralização de Rodovias Federais

COMISSÕES

11h - Comissão de Educação

Pauta: "PLC nº 50/97, que institui o serviço de radiodifusão comunitária. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

17h30 - Comissão de Relações Exteriores

Pauta: "Mensagem nº 81/97, o presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome de Carlos Alberto Pessoa Pardellas para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República da Bulgária. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quarta-feira (28.01.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
Pauta: "PLS nº 219/95 - Complementar (tramita em conjunto com os PLSs nºs 7/95 e 53/97), que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras; "PLS nº 7/95 - Complementar (tramita em conjunto com os PLSs nºs 219/95 e 53/97), que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações à Secretaria da Receita Federal, por parte das instituições financeiras, sociedades corretoras e assemelhadas que especifiquem; "PLS nº 53/97 (tramita em conjunto com os PLSs nºs 219/95 e 7/95), que altera o art. 38 da Lei nº 4.595/64 e os arts. 18, 23 e 24 da Lei nº 7.492/86; "Substitutivo da Câmara ao PLS nº 101/96 - Complementar, que autoriza o Poder Executivo a criar a Re-

gião Administrativa Metropolitana do Distrito Federal e Entorno e a instituir o Fundo Complementar de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno; e terceiro dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 41/97, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas, e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal (reforma administrativa)

Quinta-feira (29.01.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Quarto dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 41/97, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas, e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal (reforma administrativa)

Sexta-feira (30.01.98)

9h - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Quinto e último dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 41/97, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas, e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal (reforma administrativa)

COMISSÕES

Quarta-feira (28.01.98)

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação do "PLC nº 31/97, que revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Reunião Conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Sociais e de Educação

Pauta: "PLC nº 78/97, que institui normas gerais sobre desporto (Lei Pelé). Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Quinta-feira (29.01.98)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: "Mensagem nº 220/97 (não terminativo), solicitação do governo federal para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao BID, no valor de US\$ 57 milhões, destinada ao financiamento parcial do Programa de Modernização do Poder Executivo Federal; "Ofício nº 9/98 (não terminativo), solicitação do governo do estado do Pará para contratar operação de crédito junto à CEF, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 24,2 milhões, destinada à aquisição de débitos daquele estado; "Mensagem nº 221/97 (não terminativo), solicitação do governo federal para contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 155 milhões, junto ao BID, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Suporte à Reforma do Setor de Ciência e Tecnologia. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho
Joel de Holanda - Marituce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

ACM: Congresso não pode voltar atrás na extinção de privilégios

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que o Congresso não pode voltar atrás na posição "moralmente acertada" de extinguir os privilégios na aposentadoria dos magistrados, acrescentando que, na sua opinião, a emenda da reforma administrativa não precisará voltar à Câmara se o Senado suprimir dispositivo que manteria o tratamento diferenciado para os juízes.

- Minha posição é que não deve haver privilégio para ninguém. Não se pode voltar a dar privilégio aos magistrados. Foi uma decisão que calhou tão bem na opinião pública que o

Congresso não pode voltar atrás - declarou.

O senador entende que, neste caso específico, não há necessidade da matéria retornar à Câmara para revisão da decisão do Senado.

- Essa dúvida pode existir, mas eu entendo que não. Em defesa da moralidade, volte ou não volte, para mim o importante é a moral - afirmou.

Antonio Carlos considera o assunto "praticamente encerrado", embora tenha ressaltado que "quem vai decidir definitivamente, na hora oportuna, é o plenário". Segundo informação do senador, o plenário poderá resolver hoje mesmo a questão.

Comissões reúnem-se para apreciar Lei Pelé

A reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE) para apreciar a chamada Lei Pelé está marcada para amanhã, às 10h. O relator do projeto na CCJ é o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), que também foi o autor do requerimento de análise da matéria pelas três comissões, aprovado no último dia 20 pela CCJ. Os relatores nas comissões de Assuntos Sociais e de Educação são a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) e o presidente da CE, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), respectivamente.

O projeto propõe o fim do instituto do passe na legislação desportiva nacional e aplica aos atletas profissionais a legislação trabalhista e de seguridade social válida para todos os outros trabalhadores. Qualquer cessão ou transferência de atleta pro-

fissional, na vigência do contrato de trabalho, dependerá da concordância do atleta.

Hoje, o atleta profissional não é livre para escolher o seu empregador e nem para assinar contrato de trabalho sem a expressa autorização do dono de seu passe, mesmo que o contrato já tenha expirado. Pela lei em vigor, ele é objeto de negociação comercial e até de penhora judicial.

Segundo o projeto, a atividade do atleta profissional se caracterizará por remuneração pactuada em contrato formal de trabalho, com cláusula penal para as hipóteses de descumprimento. A entidade desportiva formadora do atleta terá o direito de assinar com ele o primeiro contrato profissional, que não poderá ter prazo superior a dois anos. O vínculo empregatício se dissolve com o término da vigência do contrato de trabalho.

Senadores votam, em segundo turno, a matéria que possibilita reajustes diferentes dos concedidos a servidores civis

Situação especial para os militares volta a plenário

O plenário do Senado deve promover hoje a última votação da emenda constitucional que prevê regime funcional especial para os servidores militares, diferenciando-os dos servidores civis. Pela proposta, os militares poderão ter reajustes salariais diferentes dos aumentos dos funcionários civis. Se aprovada hoje em segundo turno, a emenda será promulgada pelas Mesas do Senado e da Câmara.

Ainda na sessão de hoje, o plenário votará projeto de lei que regulamenta a prestação de serviço voluntário na administração pública ou em entidades sem fins lucrativos. O objetivo da proposta é impedir que pessoas que prestem tais serviços possam depois entrar na Justiça reivindicando direitos trabalhistas.

Também nesta terça-feira, o plenário votará projeto de resolução que autoriza o governo federal a tomar empréstimo de US\$ 300 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Ainda na pauta de hoje, o projeto de lei que regula a prestação de serviço voluntário na administração pública

os quais serão empregados no programa de restauração e descentralização de rodovias federais.

Na mesma sessão, os senadores poderão discutir e apresentar emendas à reforma administrativa.

Amanhã, o plenário deverá votar projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), com substitutivo do senador Jefferson Péres (PSDB-

AM), que amplia as situações em que pode haver quebra de sigilo bancário, quando existirem indícios de fraudes ou enriquecimento ilícito. Hoje, só o Congresso e o Banco Central podem pedir quebra de sigilo bancário. O projeto em votação amplia essa possibilidade aos tribunais de contas, às assembleias legislativas e às câmaras de vereadores, desde que estejam investigando pessoas, empresas ou órgãos públicos de sua jurisdição.

Também amanhã, o plenário votará projeto que autoriza o governo federal a criar a Região Administrativa Metropolitana do Distrito Federal e Entorno. O projeto é de autoria dos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Iris Rezende (atual ministro da Justiça).



David Zylbersztajn, da ANP, Antonio Carlos Magalhães, Freitas Neto e Elcio Alvares em recente encontro

Freitas Neto ressalta importância de diálogo com a Agência de Petróleo

O senador Freitas Neto (PFL-PI) considera que um estreito relacionamento entre a Agência Nacional de Petróleo e o Senado terá significativos resultados no futuro desse combustível no Brasil. Pre-

sidente em exercício da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, ele recebeu a diretoria da ANP em seu gabinete, quando conversou sobre a importância desse órgão regulador do setor de petróleo no

Brasil. Estiveram com Freitas Neto o diretor-geral da ANP, David Zylbersztajn, acompanhado de Ricardo Pinto Pinheiro, Eloi Fernandez y Fernandez, Giovanni Tonniati e Júlio Colombi Neto.

O relator pretende ouvir vários segmentos da sociedade antes de redigir seu texto

Rocha defende discussão sobre clones humanos

Relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do projeto de lei de autoria da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) que proíbe a clonagem de seres humanos, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse ontem, em discurso no plenário, que a partir de 15 de fevereiro, antes da divulgação de seu parecer, pretende promover amplo debate sobre o assunto. Para tanto, manifestou-se favorável à realização de audiências públicas na CAS e a um seminário, proposto pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), sobre o tema.

- Assim, especialistas e representantes das várias igrejas poderão debater a questão com os senadores - acrescentou.

O senador, que afirmou já ter uma posição sobre o assunto - a de que o Congresso proíba a clonagem de seres humanos -, considera necessária a ampliação do debate, para definir que limites impor à pesquisa na área de engenharia genética sem prejudicar os avanços que ela proporciona. Entre esses, Sebastião Rocha citou pesquisas que objetivam a produção de órgãos humanos autônomos, "de inegável importância para a melhoria da qualidade da vida humana".

Sebastião Rocha também referiu-se à lei de doação de ór-



Rocha não quer impedir progresso

gãos e à polêmica que se instala com sua vigência. Ele defendeu "o espírito da lei de doação presumida" dizendo que, neste aspecto, não caberiam modificações, "pois temos deveres para com o próximo". No entanto, em concordância com os argumentos proferidos pelas igrejas e pelo Conselho Federal de Medicina, ele disse que admite discutir a possibilidade de que a retirada de órgãos de pessoas com morte cerebral só se realize com a aprovação explícita dos familiares.

Quanto às acusações de que a lei estimularia a comercialização de órgãos, o senador afirmou que ela é decorrente da ação "de profissionais que não dignificam a medicina", e não da lei. A seu ver, o estabelecimento de uma lista única, nacional, contornará o problema.

Novo parecer buscará consenso quanto aos planos de saúde

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) anunciou também ontem que, "para facilitar um entendimento entre Senado e Câmara de modo a regulamentar, o mais rapidamente possível, os planos e seguros de saúde no país", está elaborando um outro parecer, em substituição ao que apresentou na CAS.

Segundo disse, tramitam no Congresso vários projetos so-

bre o assunto e, em busca de um consenso, ele levará em conta todas essas contribuições.

Conforme Sebastião Rocha, há sobre o tema dois projetos de Lúcio Alcântara (PSDB-CE), dois de José Serra (PSDB-SP), um de Roberto Requião (PMDB-PR), um do então senador Pedro Piva (PSDB-SP) e outro do deputado Hélio Bicudo (PT-SP).

Veja o andamento das matérias na convocação

Nº	Assunto	Relator	Situação Atual
PEC 41/97	Reforma administrativa	Romeu Zucá	Hoje, dia 27, segundo dia de discussão em plenário, em primeiro turno
PEC 39/97	Regime constitucional dos militares	Romeu Zuma	Hoje, dia 27, terceiro e último dia de discussão em plenário, em 2º turno. Aprovado pelo plenário em 1º turno dia 13/01
PEC 50/96	Convoca plebiscito para realização de revisão constitucional	Jefferson Pêres	Pronta para discussão no plenário em 1º turno
PEC 21/97	Revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que tratam do sistema financeiro	Jefferson Pêres	Pronta para discussão no plenário em 1º turno
PLC 001/98	Criação e extinção de cargos no Instituto Nacional de Metrologia e no Instituto Nacional da Propriedade Industrial	Regina Assunção	CCJ
PLC 002/98	Cria, transforma e extingue cargos e funções do quadro de pessoal da secretaria do Supremo Tribunal Federal	Josaphat Marinho	CCJ
PLC 004/98	Exames de aptidão física e mental de condutores de veículos; Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito; e ampliação da composição do Contran	Ramez Tebet	Aprovado dia 21, parecer favorável na CCJ. Nesse mesmo dia, a matéria foi aprovada pelo plenário. Enviado à sanção
Substitutivo da CD ao PLS 93/93	Planos de saúde	Sebastião Rocha	CAS
PLC 66/97	Parece a lavagem de dinheiro	Levy Dias	CAE
PLC 14/96	Propriedade intelectual de programa de computador	Roberto Requião	Aprovado dia 20 pela CE e dia 22 pelo plenário. Votou a Câmara dos Deputados
PLC 93/96	Contrato temporário de trabalho	Romeu Zuma	Aprovado pelo plenário em 13/01. Sancionado dia 21
PLS 249/89	Regula os direitos autorais	Romeu Zuma	CCJ
PLS 219/95	Sigilo bancário	Jefferson Pêres	Dia 28 (quarta-feira): discussão e votação no plenário. Aprovado dia 21 parecer favorável na CCJ
Substitutivo da CD ao PLS 101/96	Cria Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno	Lúcio Alcântara	Dia 28 (quarta-feira): discussão em turno único pelo plenário. Aprovado dia 21 parecer favorável na CCJ a substitutivo da Câmara
PLC 47/96	Destruição de aeronave	Romeu Zuma	Aprovado dia 21 parecer favorável na CCJ. Encaminhado à CRE para parecer sobre o mérito
PLC 50/97	Rádiodifusão comunitária	Sérgio Machado	Hoje, dia 27, votação do parecer na CE
PLC 46/97	Lei Orgânica da Assistência Social	José Fogaça	Aprovado dia 15 pelo plenário. Foi à sanção
PLC 100/96	Serviço voluntário	Sebastião Rocha	Hoje (terça-feira): discussão em turno único pelo plenário. Aprovado dia 21 parecer favorável na CAS
PLC 007/97	Transporte multimodal de cargas	Gerson Carrata	Aprovado dia 15 pelo plenário. Votou a Câmara dos Deputados
PLC 31/97	Vínculo empregatício entre cooperativas e associados	Jonas Pinheiro	Dia 28 (quarta-feira): apreciação do parecer na CAS
PLC 78/97	Relações de trabalho do atleta profissional de futebol (Lei Pelé)	Leomar Quintanilha (CCJ) Benedita da Silva (CAS) Artur da Távola (CE)	Dia 28, quarta: apreciação em reunião conjunta da CCJ / CAS e CE
PLC 68/97	Autoriza MT a repassar recursos para pagamento de pessoal (Cooperreus - PE)	Roberto Freire	Aprovado pelo plenário em 13/01. Foi à sanção presidencial
PLC 69/97	Autoriza MT a repassar recursos para pagamento de pessoal (Metrofêre - CE)	Jonas Pinheiro	Aprovado pela CAE e pelo plenário dia 20. Foi à sanção

"Quanto mais as democracias participativa e representativa se juntarem, melhor a sociedade viverá", diz o senador ao avaliar o trabalho dos meios de comunicação, junto com o Parlamento, na divulgação da nova legislação

Távola destaca difusão do Código de Trânsito

Ao analisar a repercussão do Código de Trânsito Brasileiro, na sociedade brasileira, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) destacou ontem a eficácia dos meios de comunicação na divulgação desse texto. Ele disse que, atualmente, o Parlamento não detém mais a exclusividade do poder de formar a opinião pública, visto que os veículos de comunicação de massa concorrem com mais vantagem nesse ofício.

Sem os meios de comunicação, afirmou o senador, a publicação do Código de Trânsito teria agora "a paz dos cemité-

rios" e não o debate desencadeado na opinião pública. Lembrando que a lei tem um caráter dinâmico, ele disse que um texto como esse penetra gradativamente na sociedade, daí por que é tão importante que os instrumentos da democracia participativa (meios de comunicação) e da democracia representativa (Parlamento) ajam simultaneamente.

Conforme Artur da Távola, muitas pessoas no Brasil acham que não têm compromisso com a lei porque não a conhecem, porque ela não foi divulgada suficientemente ou porque enten-



Távola: velocidade condenada

dem que há problemas mais importantes para serem resolvidos. Ele lembrou que a própria Constituição proclama que nin-

guém pode alegar o desconhecimento da lei, e louvou a ação dos meios de comunicação, que correm paralelamente ao Legislativo, buscando a participação da população.

Segundo o senador, a democracia participativa mobiliza a população e seu crescimento hoje não só é importante como intenso. "E quanto mais as democracias participativa e representativa se juntarem, melhor a sociedade viverá", ensinou ele. Távola deplorou o fato de que, nas críticas feitas contra a violência do trânsito, nenhuma aponte a velocidade do automó-

vel. Disse que as corridas de automóveis não caracterizam esporte, porque não aferem a medida humana, a não ser como subsidiária, e criticou também a publicidade que associa conceito de liberdade com conceito de velocidade.

Outra crítica de Artur da Távola se relaciona ao estrago que os veículos causam nas vias públicas, restauradas com recursos dos impostos pagos da sociedade. Ele lamentou que o Brasil, em vez de investir no transporte de massa, prefira investir no automóvel.

Bianco pede solução para a dívida de produtor de leite

O senador José Bianco (PFL-RO) apelou ontem ao presidente da República e à equipe econômica em prol de uma solução para os produtores de leite de Rondônia, impossibilitados de saldar dívidas junto ao Banco da Amazônia (Basa), responsável pela administração dos financiamentos do Fundo Constitucional do Norte.

Ele defendeu a aprovação de projeto do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) que propõe a redução da dívida dos financiamentos dos fundos constitucionais.

- A área econômica deve rever o valor dos empréstimos ou o Basa se transformará na maior imobiliária do país, pois só em Rondônia entrará na posse das terras de 11 mil pequenos proprietários agrícolas - disse.

Conforme o senador, os produtores de seu estado "já chegaram ao fundo do poço", porque é impossível produzir leite ao preço pago pelos latifúndios. Até a semana passada, estes pagavam ao produtor de R\$ 0,12 a R\$ 0,14 por litro de leite, mas anunciaram que, a partir desta semana, passarão a comprar o produto por R\$ 0,08, acrescentou.

Na opinião de José Bianco, o governo federal precisa criar algum subsídio ou taxar o queijo que vem da Ar-



José Bianco: mais incentivos

gentina e do Uruguai. Sem uma solução, enfatizou, os produtores acabarão se desfazendo das matrizes e das próprias terras, como alguns já o fizeram.

O senador referiu-se também ao iminente anúncio, por parte do governo, de socorro federal às cooperativas agrícolas: "Espero que esse socorro não se limite ao débito das cooperativas e chegue aos agricultores".

Para Bianco, o assunto não pode cair no esquecimento, pois os agricultores fizeram empréstimos junto aos fundos para a compra de vacas leiteiras incentivados pelos técnicos, que afirmavam que apenas as crias permitiriam a liquidação dos financiamentos obtidos. "Agora, os produtores não conseguem saldar seus débitos nem vendendo as matrizes, as crias e as terras", constatou.

Inadimplência do setor é geral, dizem senadores

Vários senadores registram em apertes ao pronunciamento do senador José Bianco que a situação de inadimplência dos agricultores ocorre em todo o país. Em Roraima, conforme assinalou o senador Romero Jucá (PFL-RR), dos 580 contratos de financiamento firmados pelos produtores com o Fundo Constitucional do Norte, "apenas dois produtores estão adimplentes".

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), por sua vez, salientou que os débitos agrícolas com os fundos constitucionais já foram tema de várias audiências de senadores e deputados com ministros e com o próprio presidente da República. "Sempre pedimos um Proer para a agricultura e há promessas de que isso ocorra nos próximos dias", disse.

Para o senador Osmar Dias (PSDB-PR), a situação dos produtores de leite de Rondônia repete-se em todo o país e o governo federal teria que intervir no mercado. Segundo disse, o leite importado pelo Brasil da Argentina e do Uruguai, sem taxas e impostos, é, na verdade, leite da

Europa, portanto, subsidiado na origem e na importação. Contra essa comercialização ilegal, Osmar Dias defendeu a necessidade de fiscalização rigorosa.

- Mas é preciso também deixar de importar - afirmou.

Os outros países do Mercosul têm um consumo médio per capita de 190 litros de leite por ano, comparou o senador, enquanto o Brasil consome apenas 128 litros per capita ao ano. "bem aquém do recomendado pela Organização Mundial da Saúde". Mesmo com a concorrência do leite importado, destacou o senador, os agricultores brasileiros produzem hoje 20,5 bilhões de litros, contra 15,5 bilhões de cinco anos atrás, e têm condições de abastecer o mercado interno, desde que a preços viáveis.

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) afirmou que, em seu estado, "inúmeros agricultores sérios, trabalhadores, estão completamente quebrados". Os preços pagos pelo leite in natura estão tão baixos que, para pagar uma passagem de ônibus, o produtor precisa produzir dez litros, comparou.



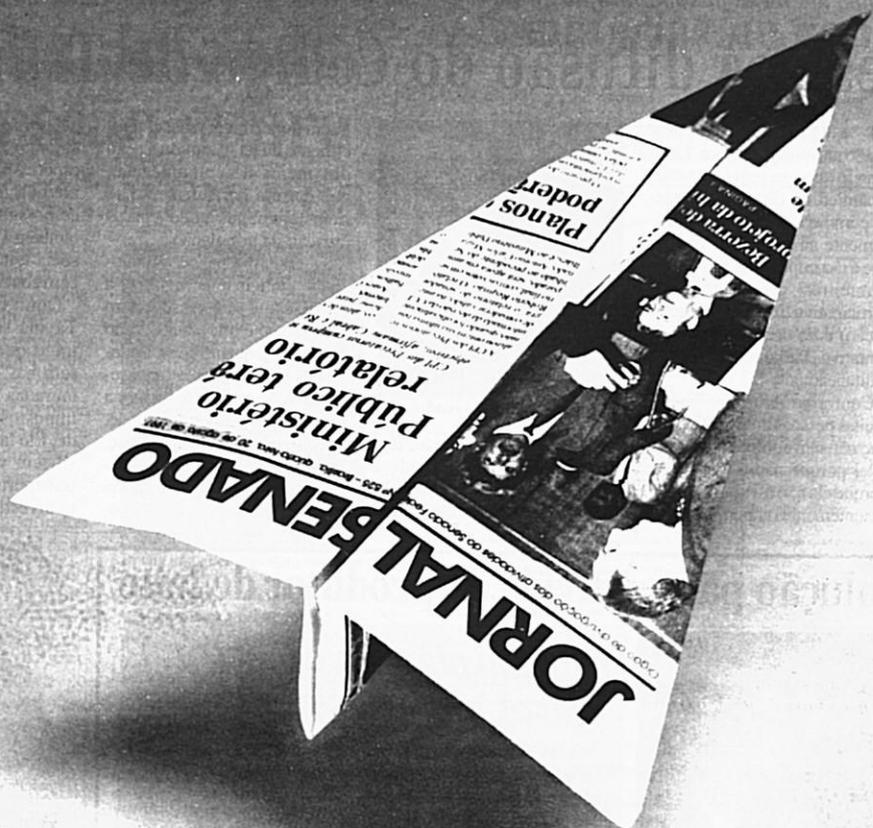
Ignácio: obrigação interrompida

Projeto acaba com pensão em caso de nova união

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) apresentou projeto de lei estabelecendo que será interrompida a obrigação de se pagar pensão alimentícia ao cônjuge que constituir nova união, seja em forma de casamento, união estável ou concubinato.

Na justificativa, ele explica que, pela legislação recente ou em tramitação no Congresso, são conferidos direitos ao cônjuge inocente, à época da separação, desde que ele não constitua nova união. Porém, ressalta o senador, torna-se necessário atualizar a Lei nº 6.515/77, que trata do dever de prestar alimentos na separação judicial e no divórcio.

O senador propõe mudanças estabelecendo que o separado judicialmente, se constituir nova união, deixa de ser credor da pensão a que faria jus.



A INFORMAÇÃO DIRETA, SEM ESCALAS

O Jornal do Senado viaja a bordo de todos os primeiros vôos que saem de Brasília. Seu objetivo é encurtar a distância entre a versão e os fatos. Diariamente oferece ao cidadão uma visão ampla e precisa do que acontece

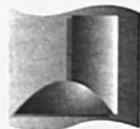
no Senado Federal. Sem intermediários. Com a notícia imparcial, direta da origem. E a garantia de que a informação não se perde no espaço.

EMBARQUE NOS ACONTECIMENTOS COM SEGURANÇA. LEIA O JORNAL DO SENADO

SUA OPINIÃO VIRA NOTÍCIA. ESCREVA PARA O JORNAL DO SENADO.

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º andar, CEP 70.165-920
e-mail: jornal@senado.gov.br

NOSSOS AGRADECIMENTOS A: LIDER TAXI AÉREO - TAM - TRANSBRASIL - VARIG - VASP



Levantamento realizado durante o Exame Nacional de Cursos revela também o crescimento da presença feminina no mercado

Hollanda: pesquisa do "Provão" mostra universidade elitista

O perfil do universitário brasileiro, revelado por pesquisa feita durante o Exame Nacional de Cursos, o chamado "Provão", mostra que é preciso mudar o ensino superior. A constatação foi feita em plenário, ontem, pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE), ao analisar os resultados do levantamento. Para ele, o questionário respondido pelo graduando confirmou que predomina o caráter elitista do ensino superior no Brasil.

- Encontram-se predominantemente nas universidades pessoas oriundas de famílias com nível de renda elevado. Cerca de um terço dos alunos pesquisados vem de famílias que ganham de R\$ 2.400,00 a R\$ 6 mil por mês. Outro terço está na faixa de R\$ 1.200,00 a R\$ 2.400,00. De cada 10 alunos, menos de 5 pertencem a famílias que ganham até três salários mínimos - informou Joel de Hollanda.

Para o senador de Pernam-



Hollanda: mudanças necessárias

bucos, na verdade esse perfil elitista é um sintoma que começou bem antes, ainda no primeiro e no segundo graus. A maioria dos pesquisados estudou em escolas particulares, à exceção dos formandos em Administração. O "Provão" foi realizado no final do ano passado, em quase todo o país, com graduandos em direito, administração, odontologia, medicina veterinária, engenharia civil e engenharia química.

Apesar do elitismo confirmado, a pesquisa revelou um dado positivo, na avaliação de Joel de

Hollanda: mais da metade dos pais e quase dois terços das mães dos alunos cursaram, no máximo, o segundo grau. Além disso, o levantamento apresentou dados que confirmam algumas mudanças no perfil dos profissionais de ensino superior do país. Um deles é o crescimento acentuado da presença das mulheres no mercado. Elas já somam 60% dos formandos em odontologia e metade dos recém-graduados em direito e medicina veterinária.

Alguns dados mostram situações curiosas como, por exemplo, que a maioria dos formandos mora com seus pais. E mais: poucos lêem jornais ou livros não escolares, o que é preocupante, na opinião do senador. No geral, os recém-graduados têm uma visão crítica do ensino universitário e lamentaram na pesquisa que as faculdades não tivessem exigido mais deles. "Isso indica a necessidade de modificações no ensino universitário do país", observou.

Campos defende cruzada em defesa da criança brasileira

Projeto de lei apresentado pelo senador Odacir Soares (PTB-RO) estabelece que os aparelhos de televisão produzidos, montados e comercializados no Brasil serão obrigados a introduzir dispositivo eletrônico que permita o bloqueio temporário da recepção de programas indesejados pelo telespectador, como os que contenham cenas de pornografia e violência, ou linguagem de baixo calão.

Conforme a proposição, caberá ao Poder Executivo, ouvidas as entidades representativas das emissoras, fazer a classificação indicativa dos programas. As emissoras deverão informar ao telespectador sobre a natureza do programa a ser transmitido, por meio de código alfanumérico ou de sinal codificado que permita o seu reconhecimento pelo dispositivo eletrônico.

A classificação indicativa, veiculada ao início dos programas, permitirá ao telespectador a livre opção sobre a recepção, ou não, de determinado programa. Dotado deste mecanismo, poderá o telespectador exercer o controle sobre a programação que deva ser assistida por sua família, especialmente as crianças - argumenta o senador.

Odacir esclarece que o projeto busca novo pacto para as relações entre os meios de comunicação, a sociedade e o poder público. "Não mais o poder de delegar apenas ao Estado a iniciativa das decisões, nem de conformar-se, por impotência, ante o poder das emissoras". Inspirou-o iniciativa dos Estados Unidos, onde, a partir de uma ampla reforma na legislação tornou-se obrigatória a introdução do dispositivo de bloqueio temporário nos aparelhos de TV.

O senador Júlio Campos (PFL-MT) elogiou a atitude de Rosanna Romano Lulo, que ganhou uma Ferrari 355 no valor de R\$ 350 mil, em sorteio promovido em dezembro pelo Shopping Eldorado em São Paulo, e doou o prêmio a um projeto beneficente que ela e o marido realizam em Mato Grosso. O projeto destina-se a alfabetizar crianças carentes num país em que, segundo o senador, "o drama do analfabetismo e da infância exige um quadro de vergonha, dor, tristeza e revolta".

Depois de qualificar a atitude de Rosanna uma exceção e um exemplo para todos, Júlio Campos afirmou que "o descaso social é um dos crimes mais cruéis e mais bárbaros contra a pessoa humana", e que esse descaso desenvolve-se de maneira assombrosa e chocante no Brasil e no restante da Amé-



Júlio Campos elogiou doação

rica Latina.

- Em nosso continente, as crianças são forçadas a trabalhar como escravas, são empurradas para a prostituição, para o crime, para as drogas, para a promiscuidade e para o abandono - frisou.

Júlio Campos destacou que "milhões de crianças brasileiras perambulam pelas ruas cheirando cola de sapateiro, fumando crack e enlouquecendo pelo

efeito devastador da merla, sob os olhares indiferentes dos passantes".

- Na verdade, poucos se movem com a tragédia das crianças sem rumo, sem família e sem amparo que, freqüentemente, são trucidadas covardemente nas madrugadas frias das grandes cidades, debaixo das marquises e dos viadutos infectos, pelas balas assassinas dos chamados "sindicatos do crime organizado" - disse.

O senador defendeu a necessidade de se iniciar "uma cruzada sem trégua contra essas barbaridades que acontecem cotidianamente no Brasil contra as nossas crianças". Ele disse que por todas as desgraças que há na sociedade, por todo o descaso e a impunidade que predominam no Brasil, o gesto praticado por Rosanna merece muito mais do que um discurso.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) sobre o projeto de lei dos planos de saúde.

8h - Debate com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e o Dr. Adolfo Rumpf, especialista em embriologia da Embrapa sobre clonagem humana

9h30 - Entrevista com o senador Sebastião Rocha

11h - Comissão de Educação - apreciação do projeto de lei que institui a radiodifusão comunitária

14h30 - Sessão plenária deliberativa (vivo)

Logo após - Comissão de Relações Exteriores - que aprecia o nome de Carlos Alberto Pessoa Pardellas para Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta"

1h - Debate com o senador Lúcio Alcântara e o Dr. Adolfo Rumpf

2h - "Jornal da Amazônia"

2h15 - "Senado em Pauta"

2h30 - Sessão plenária (reapresentação)

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação

11h - Comissão de Educação Em seguida - Música e informação

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação

14h15 - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária Em seguida - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

20h - Música e informação

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação

0h - Retransmissão da sessão plenária

4h - Música e informação até as 7h30

Depois de 12 anos, a ligação entre Mato Grosso do Sul e Paraná é inaugurada, facilitando o comércio com toda a região Sul e os países do Mercosul

Lúdio comemora ponte que liga MS ao Sul

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) comemorou a inauguração da ponte que liga seu estado, Mato Grosso do Sul, ao Paraná, cuja construção demorou 12 anos.

Segundo o senador, a ponte facilitará o comércio não só entre os dois estados, como também entre

Mato Grosso do Sul e os países do Mercosul. Lúdio mencionou a ponte rododiferroviária que liga o seu estado a São Paulo



Lúdio: pontes no interior, em vez de metrô

como mais uma iniciativa destinada a tirar o Centro-Oeste do isolamento.

Ele lembrou ainda a aprovação pelo Legislati-

vo de recursos para a ponte do rio Paraguai, destacando o estreitamento das relações do Brasil com a Bolívia. Conforme afirmou, é cada vez maior o intercâmbio de estudantes entre os dois países.

Observando que Mato Grosso do Sul recebeu pouco apoio da União quando foi criado, Lúdio registrou a atual evolução dos investimentos no estado e pregou a utilização de recursos hoje destinados à construção de metrô nas cidades grandes para a construção de pontes pelo interior do país.

Mauro encampou a ideia de Washington Novaes para o lixo hospitalar das cidades



Mauro apóia debate nacional sobre o destino do lixo urbano

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) endossou proposta do jornalista Washington Novaes, ex-secretário do Meio Ambiente do DF, de que o problema do lixo urbano, especialmente os resíduos hospitalares, por sua gravidade, seja parte obrigatória do debate eleitoral deste ano. Referindo-se a artigo assinado por Washington no jornal *O Popular*, o senador vê na produção de lixo das grandes cidade - que chega a 130 mil toneladas diárias - um drama, até agora, sem solução.

Pela importância do tema, Mauro Miranda solicitou a transcrição, nos Anais, do artigo, publicado sob o título "Os falsos caminhos do lixo", e elogiou a objetividade do autor, que considera o "papa" do setor da imprensa preocupado com a ecologia. O senador enfatizou que Washington Novaes fala com a autoridade de quem, quando no governo do DF, encaminhou soluções para o aproveitamento adequado ou para a destruição de entulhos urbanos e do lixo hospitalar.

Mauro Miranda destacou que Washington mostra, em seu artigo, os riscos dos processos atualmente utilizados

nas grandes cidades, com ênfase para a alternativa da incineração indiscriminada, sem a separação do plástico e de outros materiais. O jornalista informa em seu artigo que a reciclagem de materiais não chega a 1% dos detritos totais.

No artigo citado, Washington enumera algumas das propostas que defendeu quando secretário, como a adoção da coleta seletiva do lixo hospitalar reciclável: lixo administrativo (papel, papelão, filmes, plásticos) e lixo orgânico (de cozinha). Do restante, parte tem destinação obrigatória (Instituto Médico Legal); parte é formada de resíduos de salas de cirurgias e de curativos - na opinião do autor, pode ser adequadamente embalada e levada a áreas próprias de aterro sanitário. Washington defende que sejam incinerados apenas os chamados materiais perfuro-cortantes (agulhas, seringas etc.), reduzindo a incineração, que, além de dispendiosa, no caso dos plásticos e papéis liberam na atmosfera, entre outras coisas, a dioxina, "que é o pior dos venenos".

Tebet ressalta integração com a maior fronteira da agricultura nacional

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) registrou ontem a inauguração, no último final de semana, da ponte Ayrton Senna sobre o rio Paraná e que, conforme destacou, é da maior importância para a economia nacional, além de se constituir na principal via de integração entre os estados do Paraná e de Mato Grosso do Sul. Trata-se da maior ponte fluvial do Brasil, e que levou 12 anos para ser construída, disse.

Além de encurtar a distância entre Mato Grosso do Sul e Paraná, a ponte, na opinião de Ramez Tebet, representa significativos avanços para a grandeza e o progresso do Brasil, aumentando o escoamento da produção agrícola dos dois estados e de outras regiões do país. Ele

acrescentou que o impacto na economia regional será imediato.

- A ponte mais extensa do país, com 3.600 metros de comprimento, representa a integração do Paraná com fronteira agrícola formada por Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e leste do Paraguai, grande produtora de grãos. Além de retomar a exploração do turismo, a região transforma-se num corredor de exportação que pode saltar, em poucos anos, de 1,5 milhão de hectares cultivados para 10 milhões de hectares - afirmou.

Ramez Tebet disse ter participado, juntamente com os governadores Jaime Lerner (PR) e Wilson Martins (MS), do ato de inauguração da ponte, que reuniu aproximadamente 10 mil pessoas. A conclusão da obra, segundo o se-



Tebet: "Edifício da amizade"

nador, marcou "a realização de um sonho". Há 40 anos a população de Guaíra (PR) e Mundo Novo (MS) esperava a ligação estratégica entre os dois estados.

- A ponte, cuja construção foi iniciada em 1985, representa mais um tijolo colocado no edifício da amizade entre dois estados da maior importância para o progresso do Brasil, o Paraná e o meu Mato Grosso do Sul - frisou.